Fevereiro de 1918.—*Sidónio Pais*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*—*Alberto de Moura Pinto*—*António dos Santos Viegas*—*António Aresta Branco*—*Francisco Xavier Esteves*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

4.ª Repartição

Portaria n.º 1:226

Tendo os membros da mesa e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, legalmente constituída, com estatutos aprovados por alvará de 3 de Novembro de 1913, actualmente erecta na igreja sita na Rua da Verónica, freguesia de S. Vicente de Fora, desta cidade, requerido, não só transferir a referida irmandade para a igreja paroquial de Santo André, mas também que lhe sejam entregues as imagens de Nossa Senhora do Rosário, S. Francisco e S. Domingos, que se acham na sobredita igreja da Rua da Verónica, a qual está, ao presente, fechada e as chaves a cargo da comissão concelhia do 1.º bairro;

Visto o disposto no artigo 93.º da lei de 20 de Abril de 1911, hipótese 3.ª:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que seja autorizada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, erecta na igreja da Rua da Verónica, a transferir-se para a igreja paroquial de Santo André, entregando-se-lhe as imagens pedidas e os demais objectos do culto que lhes pertencem, tomando a mesa a responsabilidade pela sua conservação, depois de conferidos pela comissão respectiva; e em vista da ermida do Rosário, da Rua da Verónica, estar encerrada ao culto, deve a mesma comissão do 1.º bairro providenciar a seu respeito, quer por meio de arrendamento quer promovendo que seja destinada a qualquer fim de interesse social.

Paços do Governo da República, 13 de Janeiro de 1918.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Alberto de Moura Pinto*.

Portaria n.º 1:227

Tendo uma comissão de habitantes da freguesia de Vila Chã, do concelho de Vila do Conde, distrito do Porto, solicitado a competente autorização para ser reconstruída a expensas suas, isto é, pelo produto duma subscrição que os próprios fregueses se impuseram, a igreja paroquial da mencionada freguesia, declarando renunciar, por eles e por todos os habitantes da mesma, a qualquer direito sobre a restaurada ou reconstruída igreja, que continuará pertencendo ao Estado;

Constando, pelas informações havidas, que a igreja de que se trata ameaça ruína, sendo a sua reconstrução, que é de grande vantagem para o Estado, de urgente necessidade; e

Tendo sido ouvida a Comissão Central de execução da lei de 20 de Abril de 1911, que emitiu parecer favorável ao deferimento dessa pretensão:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que seja concedida a autorização necessária para a pedida reconstrução da igreja paroquial da supramencionada freguesia de Vila Chã, na certeza de que os ditos habitantes renunciaram, por eles e por todos a qualquer direito que possam ter à igreja ou bemfeitorias a realizar, continuando ela a ser, como é,

do Estado, devendo as obras permitidas ser fiscalizadas pela respectiva Comissão concelhia.

Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1918.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Alberto de Moura Pinto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

Para os devidos efeitos se faz a seguinte rectificação ao decreto n.º 3:818, publicado no *Diário do Governo* n.º 26, 1.ª série, de 9 do corrente mês:

No primeiro periodo, onde se lê: «determinar o seguinte», deve ler-se: «decretar o seguinte».

Direcção Geral das Alfândegas, 15 de Fevereiro de 1918.—O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

2.ª Repartição

Decreto n.º 3:842

Atendendo às reclamações que, por parte de diversas classes de pessoal adstrito ao serviço das alfândegas, têm sido feitas ao Governo, relativamente à exiguidade dos seus vencimentos, em vista da carestia das subsistências, e sendo certo que os referidos vencimentos ou salários são efectivamente muito diminutos;

Atendendo ainda a que alguns desses salários são pagos por meio de receitas derivadas da cobrança de taxas especiais que podem ser aumentadas para compensação da despesa a efectuar:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, ouvido o Conselho de Ministros, e usando da faculdade conferida ao Governo pelas leis n.ºs 373, de 2 de Setembro de 1915, e 491, de 12 de Março de 1916, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É elevada a 100 por cento a sobretaxa às imposições do tráfego aduaneiro, estabelecida nos termos do artigo 5.º do decreto n.º 3:420, de 5 de Outubro de 1917.

Art. 2.º Aos trabalhadores adventícios do tráfego, em serviço nas diversas casas fiscaes do continente e ilhas adjacentes, serão pagos os salários estabelecidos na tabela I, anexa a este decreto.

§ 1.º O salário a que se refere este artigo é correspondente a oito horas de serviço efectivo em cada dia útil.

§ 2.º Aos trabalhadores que não completarem as oito horas a que são obrigados, será descontada a importância proporcional ao tempo em que deixaram de prestar serviço.

§ 3.º As horas a mais serão pagas pela forma e com os limites marcados na referida tabela I.

Art. 3.º Aos empregados e operários das oficinas a cargo das comissões administrativas das alfândegas de Lisboa e Porto, e às apalpadeiras em serviço nas diversas casas fiscaes do continente e ilhas adjacentes, são concedidos os aumentos de salário constantes da tabela II.

Art. 4.º É elevada a \$24 diários a gratificação às praças reformadas da guarda fiscal que, nos termos do artigo 73.º do decreto n.º 1 de 27 de Maio de 1911, se encontram prestando serviço na Direcção Geral das Alfândegas ou em repartições dependentes da mesma Direcção Geral e às que de futuro as substituírem.